

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 975 DO CONSELHO PLENO
Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020**

01	Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às catorze horas, realizou-se a Sessão
02	Plenária nº 975, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa Roserley
03	Neubauer da Silva (Rose Neubauer) . Contou com a presença dos Conselheiros Titulares
04	Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Fernando
05	Padula Novaes, Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina Graziela
06	Feldmann e Sueli Aparecida de Paula Mondini, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, João
07	Alberto Fiorini Filho, Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana, Maria
08	Adélia Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente
09	da Presidência , a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos, justificou a ausência
10	da Conselheira Titular Fátima Cristina Abrão, registrando o Suplente João Alberto Fiorini Filho
11	no exercício da titularidade, e ausência das Suplentes Helena Singer e Neide Cruz. A Presidente
12	Conselheira Rose Neubauer passa à Ordem do Dia: Apresentação da Profª Drª Maria Helena
13	Guimarães de Castro, Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE . A Presidente
14	Conselheira Rose Neubauer registra a presença da Presidente do Conselho Estadual de
15	Educação - CEE, Profª Drª Ghisleine Trigo Silveira, e dos Conselheiros do CEE Claudio Mansur
16	Salomão e Iraíde Barreiro. Registra também a presença da equipe da Secretaria Municipal de
17	Educação - SME, Coordenadoria Pedagógica – COPED: Coordenadora Daniela Harumi Hikawa,
18	Carla da Silva Francisco, Claudio Maroja, Cristhiane de Souza e Thiago Ferreira Costa. Em
19	continuidade, a Presidente Conselheira Rose Neubauer agradece a presença da Profª Drª
20	Maria Helena Guimarães de Castro , Presidente do CNE e especialista em Avaliação
21	Educacional, apresentando brevemente seu currículo acadêmico e de gestão em políticas
22	educacionais. Com a palavra, a Profª Maria Helena agradece o convite e a generosidade na
23	apresentação, e relembra pesquisa realizada pela Unicamp no início da década de 1980 sobre
24	a Rede Estadual de São Paulo, inspirada em estudo da Conselheira Rose Neubauer sobre a
25	municipalização. O grupo de pesquisa da Unicamp identificou significativas diferenças em
26	Unidades Escolares semelhantes, questão ainda existente no Brasil, especialmente em São
27	Paulo, quando se observa uma diferenciação considerável entre os indicadores de
28	desempenho e de oferta, contando com a mesma infraestrutura. Fazer Educação demanda
29	tempo e a consideração de múltiplos fatores intervenientes, e não é possível explicar a
30	qualidade da Educação observando apenas a questão salarial, a carreira docente, a formação e
31	o currículo. Em seguida, Profª Maria Helena fala do CNE e a recente renovação de dois terços
32	da Câmara de Educação Básica – CEB e, de um terço da Câmara de Ensino Superior – CES, com
33	mudança significativa do perfil dos Conselheiros da CEB, sendo a maioria dos atuais indicados
34	acadêmicos alinhados à nova política de alfabetização e de Educação Especial do MEC, o que
35	diferencia da composição anterior que contava majoritariamente com ex-Secretários estaduais
36	e municipais de Educação. A nova composição da CEB do CNE aponta para grandes desafios de
37	articulação interna. No que se refere ao MEC, a Profª Maria Helena discorre sobre as diversas
38	mudanças ocorridas neste ano de 2020, tais como a saída do Secretário de Educação Básica no

39 início da Pandemia que colaborou para a homologação das diretrizes de formação inicial pelo
40 Ministro à época; a Secretária que se seguiu ficou cerca de quatro meses e propôs mudanças
41 na BNCC com documento complementar relativo à alfabetização considerando o Programa
42 Nacional de Alfabetização instituído pelo Decreto Federal nº 9.765, de 11.04.2019, que conta
43 hoje com a adesão de mais de 3.500 municípios brasileiros; em junho a chegada da atual
44 Secretária de Educação Básica, Izabel Lima Pessoa, funcionária de carreira da CAPES que
45 demonstra grande abertura para o diálogo; e, por último, a mudança de Ministro, com a saída
46 de Abraham Weintraub e chegada de Milton Ribeiro. A série de mudanças no MEC também
47 acentuam os desafios para o CNE, em especial com relação à tramitação de processos, como
48 inúmeros de Educação Superior que aguardam homologação do MEC desde o ano passado, o
49 que resulta em intensa cobrança da CES pelas instituições que aguardam. A **Profª Maria**
50 **Helena** foi eleita como Presidente do CNE nesse contexto do MEC e, no discurso público
51 proferido na cerimônia de posse da presidência do CNE, o Ministro Milton Ribeiro citou
52 telefonema do Presidente da República, Jair Bolsonaro, preocupado com a Conselheira eleita
53 por ser de oposição, e que foi defendida pelo Ministro como sendo uma admirável educadora,
54 pessoa respeitada e com importante trajetória na Educação brasileira, o que a **Profª Maria**
55 **Helena** entende como uma preocupação do governo a sua nova posição por conta da sua
56 história junto ao PSDB. Sobre os maiores desafios do CNE destaca, primeiramente, na área de
57 Educação Básica, a implantação e implementação da reforma do Ensino Médio, considerando
58 a série de pendências a serem resolvidas para que de fato haja essa implantação como, por
59 exemplo, a legislação, o cronograma de implantação do MEC que deveria ser publicado até
60 dezembro de 2019, enfim, temas que serão discutidos em uma reunião do CNE com o MEC na
61 próxima semana, com a participação do Consed e do INEP. Há projeção para a publicação de
62 uma portaria MEC anunciando que o Novo Ensino Médio deve ser iniciado até, no máximo,
63 janeiro de 2022, com o primeiro Novo ENEM em 2025. O **Prof. Cláudio Maroja**, Diretor do
64 Núcleo Técnico de Avaliação da SME, comenta que assistiu a *live* em que a **Profª Maria Helena**
65 cobra do Presidente do INEP a entrega das matrizes de avaliação do ENEM e, considerando o
66 colocado sobre o Novo ENEM, pergunta: o SAEB seriado para o Ensino Médio também
67 começaria em 2025? A **Profª Maria Helena** esclarece que o ENEM seriado começará no
68 próximo ano, sendo aplicado nos anos de 2021, 2022 e 2023, para todos os estudantes do 1º
69 ano, depois para 1º e 2º ano e, por último, para todos os anos do Ensino Médio, sendo um
70 programa de avaliação seriada semelhante ao utilizado pela UnB, oferecendo ao aluno uma
71 média que poderá ser utilizada como alternativa para o ingresso ao Ensino Superior, e o INEP
72 está no processo de discussão a respeito. O ENEM atual continuará existindo,
73 concomitantemente ao seriado, e o Novo ENEM que fez referência anteriormente será em
74 2025. Até fevereiro do próximo ano, o INEP irá publicar uma matriz de Língua Portuguesa e
75 Matemática alinhada à nova base do Ensino Médio, considerando que Português e
76 Matemática são componentes obrigatórios para os três anos do Ensino Médio. Em 2021 e
77 2022 serão aplicadas provas digitais para todos os alunos do 1º ano do Ensino Médio público e
78 particular, por adesão, e em 2023 as provas contarão com todas as áreas de conhecimento da
79 base: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens e suas Tecnologias.
80 Sobre a avaliação da Educação Básica, o INEP no próximo ano fará o SAEB para todos os alunos

81 dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, e para alunos do 3º ano do Ensino Médio,
 82 completando o ciclo do IDEB. Sobre o 2º ano do Ensino Fundamental, há uma nova matriz de
 83 avaliação da alfabetização, o que será considerado para o SAEB do próximo ano, e com outra
 84 escala. A partir de 2022, serão avaliados os estudantes dos 2º, 5º, 6º, 8º e 9º anos do Ensino
 85 Fundamental, alternando componentes, o que terá plano de trabalho apresentado pelo INEP
 86 em breve, uma quantidade de avaliações que despertam dúvidas técnicas, mas que tem apoio
 87 por questões operacionais da Undime e Consed, com promessa de entrega de resultados em
 88 até três meses e boletins individuais para as famílias. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer**
 89 lembra que as avaliações com boletins individuais incentivam as famílias favoráveis à Educação
 90 Domiciliar. A **Profª Maria Helena** manifesta-se individualmente contrária à Educação
 91 Domiciliar, e diz que o CNE não recebeu qualquer tipo de parecer ou manifestação do MEC
 92 solicitando um posicionamento a respeito. No entanto, a Educação Domiciliar depende de
 93 projeto de lei, o CNE poderá manifestar-se apenas quando houver uma lei. Além disso, o
 94 Supremo Tribunal Federal, em 2018, votou pela constitucionalidade do Ensino Domiciliar,
 95 porém estabelecendo que o Congresso Nacional regulamentasse a matéria. Há um bom
 96 número de projetos de lei de Ensino Domiciliar tramitando no Congresso, mas neste ano de
 97 2020 pausaram as discussões por conta do FUNDEB e do Sistema Nacional de Educação. A
 98 Presidente **Conselheira Rose Neubauer** comenta que o CME fez uma manifestação
 99 considerando um projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de São Paulo. A **Profª**
 100 **Ghisleine Trigo**, Presidente do CEE, comenta que o Conselho Estadual de Minas Gerais
 101 também aprovou o Currículo de Ensino Médio, assim como o estado de São Paulo. A **Profª**
 102 **Maria Helena** cita que São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rondônia e Amazonas estão com o
 103 Currículo do Novo Ensino Médio aprovado. A **Profª Ghisleine Trigo** completa que, no estado de
 104 São Paulo, as escolas particulares estão encaminhando consulta sobre os prazos, com muitas
 105 iniciando já em 2021 o Novo Ensino Médio, o que é muito positivo. A **Profª Maria Helena** diz
 106 que as diretrizes do Ensino Técnico e Tecnológico retornaram ao CNE para um pequeno ajuste,
 107 que será votado na próxima semana, e em breve serão homologadas, já alinhadas à BNCC e ao
 108 Novo Ensino Médio. Reforça que está cobrando o MEC quanto ao Novo Ensino Médio,
 109 considerando não existir uma agenda de política pública. A Presidente **Conselheira Rose**
 110 **Neubauer** concorda com o cuidado na implantação do Novo Ensino Médio para que
 111 efetivamente haja uma escola diferente que contribua para a inserção do jovem no mercado
 112 de trabalho. Em seguida, solicita que a **Profª Maria Helena** fale sobre o IDEB. A **Profª Maria**
 113 **Helena** comenta sobre o último IDEB, que apresentou um avanço importante no Ensino Médio
 114 brasileiro que cresceu, em média, dez pontos em apenas dois anos, o que chamou a atenção
 115 de muitos especialistas que estão investigando para compreenderem a razão dessa melhoria,
 116 pois todos os estados brasileiros avançaram. Entre os fatores apontados, até o momento, é
 117 que o SAEB 2019 foi aplicado uma semana antes do ENEM, e as Redes estavam preparando os
 118 estudantes para este, o que foi um importante peso para aquele. Outro fator analisado, pelos
 119 consultores do INEP, é que os estudantes têm melhor desempenho nas perguntas iniciais do
 120 exame, e a forma com que foi montado o caderno do SAEB com as questões mais complexas
 121 no início contribuiu para os avanços nos resultados. Diante desses fatores surge o seguinte
 122 questionamento: será que os estudantes efetivamente avançaram dez pontos em apenas dois

123 anos? Portanto, há profundos estudos em andamento a este respeito. Em relação ao 9º ano do
124 Ensino Fundamental, não houve oscilação, mas uma melhoria de fluxo geral na Educação
125 brasileira, assim como nos 3º e 5º anos, tanto é que a PNAD 2019 mostra que estamos com
126 88% dos alunos de 15 a 17 anos na escola, e desses possuímos 78% no Ensino Médio, uma
127 mudança impressionante. O único estado brasileiro que possuía adequação idade-série no
128 Ensino Médio era São Paulo, por causa da progressão continuada, e agora é possível observar
129 em muitos estados essa tendência de adequação idade-série. Sobre os anos iniciais,
130 principalmente o 5º ano, houve melhora entre 2007 e 2015, e agora aparenta ter atingido um
131 platô gráfico, com crescimento moderado. As taxas de reprovação e abandono, segundo o
132 IBGE, ainda são altas no Brasil: para o 6º ano do Ensino Fundamental é de 21%, e 29% para o
133 1º ano do Ensino Médio. Essas taxas demonstram que o sistema continua reprovando, a
134 adequação idade-série está melhorando, mas com situações desiguais entre os estados como,
135 por exemplo, Pernambuco. A **Conselheira Silvana Drago** pergunta: 1) existe algum
136 levantamento com relação à reprovação nos três primeiros anos do Ensino Fundamental? 2)
137 sobre o Ensino Médio, fala de uma pesquisa que indica o aumento de estudantes na faixa
138 etária 18 a 24 anos. A **Profª Maria Helena** diz que, segundo dados do INEP, a reprovação
139 continua alta no 3º ano do Ensino Fundamental (17%), principalmente nas escolas públicas, e
140 que o 1º e 2º ano praticamente não possuem reprovação. A cultura da reprovação é um sério
141 problema no Brasil, que reprova mais do que muitos países em desenvolvimento, segundo
142 dados da UNESCO. Sobre o aumento de estudantes de 18 a 24 anos no Ensino Médio, a **Profª**
143 **Maria Helena** não conhece esse dado e reforça que a PNAD 2019 e PNAD Contínua 2020
144 demonstram melhorias na adequação idade-série no Ensino Médio. A Presidente **Conselheira**
145 **Rose Neubauer** diz alguns dados de distorção idade-série, que em 1996 o Ensino Fundamental
146 possuía distorção de 47% no Brasil, e hoje está em 18%. Sobre o estado de São Paulo, também
147 Ensino Fundamental, em 1996 a distorção era de 30%, e hoje está em 9%. No Ensino Médio,
148 em 1996, o Brasil possuía distorção idade-série de 56%, e hoje está em 29%; enquanto que o
149 estado de São Paulo possuía 49% em 1996, e hoje está em 13%. A **Profª Maria Helena** fala
150 então sobre o IDEB, comentando a criação de uma comissão pelo INEP, em que representa o
151 CNE, e que terá a primeira reunião no dia 06.11.2020 para discutir o Novo IDEB, dado que o
152 atual termina o ciclo em 2021. Como o SAEB será reformulado, houve o lançamento da BNCC e
153 a reformulação do Ensino Médio, é necessário repensar o desenho do IDEB para dar conta das
154 mudanças que estão acontecendo na Educação brasileira. Acredita que a proposta a ser
155 formulada estará em debate público no início do ano de 2021. O **Prof. Claudio Maroja**
156 compartilha o IDEP – Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista 2019, com metas
157 adequadas ao nível socioeconômico das Unidades Escolares, considerando a complexidade da
158 Gestão – se há atendimento apenas do Ensino Fundamental, ou se há EJA e Ensino Médio.
159 Comenta ainda que o maior desafio é criar um indicador para a Educação Infantil, e que a SME
160 já solicitou ajuda ao INEP, sem sucesso. A **Profª Maria Helena** diz que o INEP tem defendido
161 uma avaliação de Educação Infantil que considera apenas as condições de oferta, tais como a
162 estrutura da escola e perfil dos professores. Neste caso não é necessário fazer uma avaliação,
163 pois esses dados estão no Censo Escolar. O INEP deseja realizar uma avaliação institucional,
164 diferente do que é feito em alguns países na pré-escola que avaliam as competências e

165 habilidades das crianças por observação. Para a **Profª Maria Helena** a proposta de avaliação da
166 Educação Infantil no Brasil deve passar por maiores discussões. A Presidente **Conselheira Rose**
167 **Neubauer** acredita que as discussões sobre a formação de professores para a Educação Infantil
168 poderão indicar um caminho para a criação futura de índices de qualidade para esta etapa da
169 Educação. A **Profª Maria Helena** diz que foi um grande avanço as diretrizes de formação inicial
170 homologadas no final do ano passado, diretrizes alinhadas à BNCC. Agora foram homologadas
171 as diretrizes de formação continuada, e acredita que ficaram excelentes. Tanto a formação
172 inicial quanto a formação continuada possuem visão focada no compartilhamento das
173 práticas, no conhecimento pedagógico dos conteúdos. Agora o CNE iniciou a discussão das
174 diretrizes curriculares de Pedagogia, o que demandará intenso diálogo com as Universidades,
175 com as Faculdades de Educação e com as entidades, com proposta específica para a Educação
176 Infantil. A **Conselheira Luci Batista** pergunta, com relação à avaliação no retorno presencial
177 após a Pandemia e a resistência às avaliações externas por parte de alguns professores, se o
178 CNE terá alguma proposta em termos nacionais sobre o assunto. A **Profª Maria Helena** coloca
179 que o CNE manifestou-se radicalmente contra uma avaliação externa nacional na volta às aulas
180 presenciais, e apenas concordaram com o INEP sobre manter o calendário do SAEB 2021,
181 sendo aplicado no final de outubro, com questionário específico sobre Covid-19, e uma
182 avaliação que permita a comparação de 2019 com 2021, sendo assim possível identificar os
183 déficits de aprendizagem durante a Pandemia. Sobre avaliações das Redes escolares, o CNE
184 aconselha a aplicação de avaliação diagnóstica ou formativa, uma avaliação para uso interno,
185 da gestão, da coordenação da escola, dos professores, para subsidiar os programas de
186 recuperação das aprendizagens locais. A **Profª Ghisleine Trigo**, Presidente do CEE, fala sobre o
187 IDEB, da importância de avaliar as aprendizagens mas, na outra ponta, há a questão da
188 infraestrutura. Outro aspecto, que pode parecer subjetivo, é a gestão do tempo e do espaço, a
189 gestão que se faz da escola, e que lançar outras variáveis para compor o IDEB será importante.
190 A **Profª Maria Helena** concorda, e diz que há propostas que construiriam uma espécie de IDH
191 da escola, com desempenho dos alunos, distorção idade-série, infraestrutura e alunos que
192 estão fora da escola na data da prova, este último evitando que a Unidade Escolar selecione
193 estudantes em melhores condições para o dia da prova. A **Profª Iraíde Barreiro**, Conselheira
194 do CEE, pergunta se o Ensino Médio Técnico terá que ser reestruturado, readequando aos seus
195 itinerários em funcionamento, ou o que já está adequado permanece? A **Profª Maria Helena**
196 diz que as Escolas Técnicas terão, obrigatoriamente, que se integrar à reforma do Ensino
197 Médio. O colégio que oferece o Ensino Médio integrado ao Técnico deve oferecer, no máximo,
198 1.800 horas de formação geral do Ensino Médio, e 1.200 horas do curso técnico específico,
199 adequações que o Centro Paula Souza já está realizando. Trata-se de uma lei que é uma
200 emenda constitucional, com três mudanças na LDB. O **Conselheiro Fernando Padula** pergunta,
201 sobre o novo IDEB e o esforço para retirar os alunos que estão abaixo do básico, se é possível
202 elevar de forma geral o nível dos estudantes. Pergunta também qual é a taxa líquida da cidade
203 de São Paulo para o Ensino Médio. A **Profª Maria Helena** diz não ter certeza sobre a taxa
204 líquida da cidade de São Paulo, mas como a mais da metade dos alunos do Ensino Médio da
205 Rede Estadual Paulista estão na Região Metropolitana de São Paulo, e a taxa líquida do estado
206 de São Paulo é muito alta, é possível estimar que a cidade esteja acima de 80%. Sobre o Novo

207 IDEB, hoje o SAEB não possui as faixas de desempenho que há no SARESP, por exemplo, e o
208 CNE indica que o INEP se apoie nas faixas de desempenho. A Presidente **Conselheira Rose**
209 **Neubauer** responde que a taxa líquida do Ensino Médio do estado de São Paulo é 80%, e para
210 a cidade de São Paulo também é 80%, enquanto que do Brasil é de 68%. Em seguida, a **Profª**
211 **Maria Helena** fala sobre o FUNDEB, dizendo que na próxima terça-feira, das 15h às 17h30, o
212 CNE fará uma Sessão Pública com o Dep. Felipe Rigoni, a Dep. Dorinha Seabra, os Secretários
213 do MEC, o Consed, a Undime, UNCM, os Fóruns dos Conselhos Estaduais e Municipais de
214 Educação, em que haverá a apresentação da proposta de regulamentação do Novo FUNDEB, e
215 convidou as presidentes do CEE e do CME para participação. Outro ponto que o CNE está
216 discutindo é a avaliação do Ensino Superior, com demanda do INEP para revisão das leis a
217 respeito, para a elaboração de uma avaliação com ênfase no institucional, nos cursos, e com a
218 menor burocracia possível, principalmente com relação às visitas. O **Prof. Cláudio Salomão**,
219 Conselheiro do CEE, registra sobre a reprovação possuir um forte ingrediente cultural, regional
220 e ideológico. A **Profª Maria Helena** concorda, mas reforça que as políticas públicas corretas
221 podem mudar esse curso como, por exemplo, o estado de São Paulo quando implantou a
222 progressão continuada. A **Profª Maria Helena** se despede agradecendo o convite e se
223 colocando à disposição para outra oportunidade. A Presidente **Conselheira Rose Neubauer**
224 agradece à **Profª Maria Helena** por aceitar o convite e informa que o CEE aprovou nesta
225 semana que os estudantes da Rede Estadual Paulista não serão reprovados neste ano de
226 Pandemia. A **Profª Maria Helena** solicita à **Profª Ghisleine Trigo**, Presidente do CEE, que
227 encaminhe esta que é uma deliberação importante neste momento. Com o avançar do
228 horário, e a necessidade de continuar a discussão do Currículo da Cidade – mapas conceituais,
229 imagéticos, a Presidente **Conselheira Rose Neubauer** encaminha para a 16ª Sessão Conjunta
230 de Câmaras, encerrando a Sessão do Pleno e agradecendo a presença de todos. A Ata foi
231 lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de participação na teleconferência será
232 utilizado como lista de presença. São Paulo, 05 de novembro de 2020.

**Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams,
conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Art. 12, Item I)**

SESSÃO DO CONSELHO PLENO

REUNIÃO DO DIA 05/11/2020

Horário: 14h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

CONSELHEIROS TITULARES:

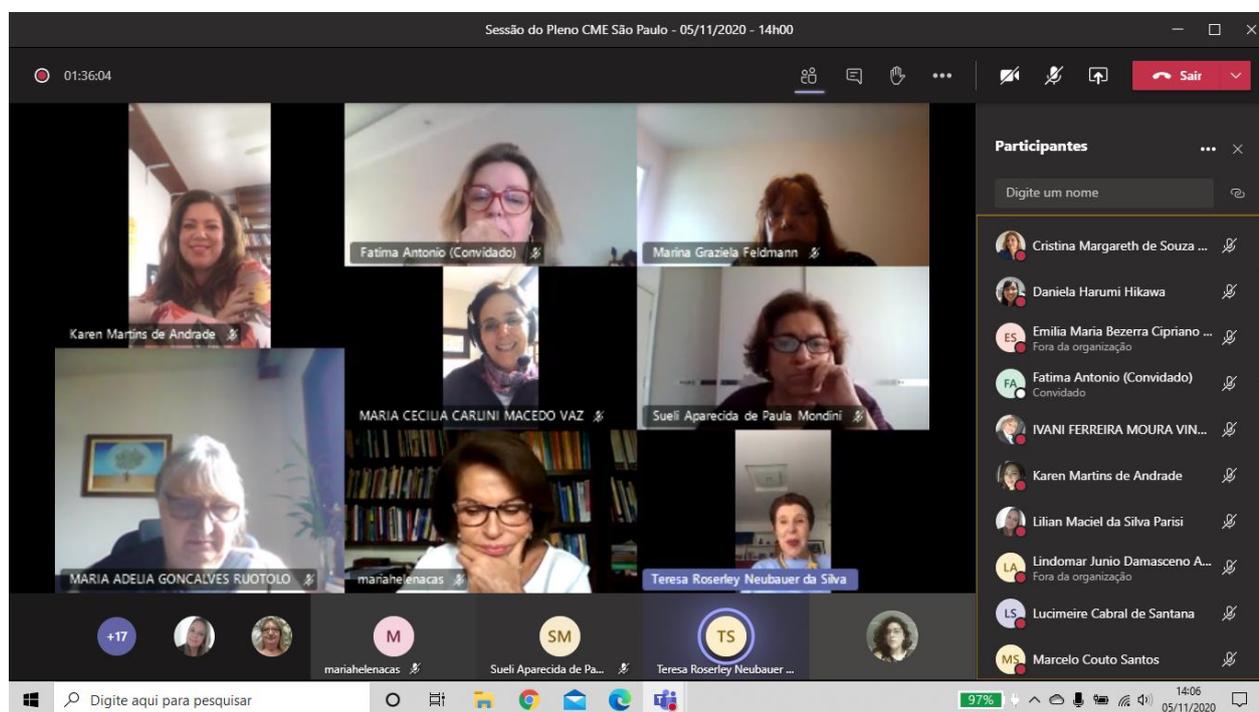
1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches (Presidente CEB)
3. Fernando Padula Novaes
4. João Alberto Fiorini Filho (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
5. Karen Martins de Andrade (Presidente CNPAE)
6. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (Vice-Presidente CNPAE)

Ata da 975ª Sessão Ordinária do Pleno – 05/11/2020

7. Marina Graziela Feldmann (Vice-Presidente CEB)
8. Sueli Aparecida de Paula Mondini (Vice-Presidente CME)
9. Teresa Roserley Neubauer da Silva (Presidente CME)

SUPLENTES:

1. Fátima Aparecida Antonio
2. Luci Batista Costa Soares de Miranda
3. Lucimeire Cabral de Santana
4. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
5. Silvana Lucena dos Santos Drago
6. Vera Lucia Wey



Ata da 975ª Sessão Ordinária do Pleno – 05/11/2020

Sessão do Pleno CME São Paulo - 05/11/2020 - 14h00

01:37:49

The screenshot displays a Zoom meeting window. At the top, the title bar reads "Sessão do Pleno CME São Paulo - 05/11/2020 - 14h00". The meeting duration is shown as "01:37:49". The main area contains a grid of video thumbnails for participants: Karen Martins de Andrade, Fatima Antonio (Convidado), Marina Graziela Feldmann, Sueli Aparecida de Paula Mondini, mariahelenacas, MARIA CECILIA CARLINI MACEDO VAZ, and Teresa Roserley Neubauer da Silva. A "Participantes" sidebar on the right lists names with status indicators: Marcelo Couto Santos, MARIA ADELIA GONCALVES..., MARIA CECILIA CARLINI MAC..., mariahelenacas (Fora da organização), Marina Graziela Feldmann (Fora da organização), Silvana Drago (Convidado) (Convidado), Sueli Aparecida de Paula Mon..., Teresa Roserley Neubauer d..., Thiago Ferreira Costa, and Vera Lucia Wey (Convidado) (Convidado). The bottom of the window shows a Windows taskbar with a search bar, application icons, and system tray information including 97% battery and the date/time "14:07 05/11/2020".